



DÍVIDA DE 731 MILHÕES USD NO CUANDO CUBANGO

Dono da Angoskimas conta toda a sua verdade

Consultora avaliou a dívida em apenas 4,8 milhões USD



EXCLUSIVO. O dono da Angoskimas, empresa que viu validada uma dívida de mais de 731 milhões de dólares pelo governo do Cuando Cubango, afirma que vários governantes sempre tiveram conhecimento da reclamação. E que, pelo caminho, contou com a ajuda de alguns generais. Dizendo-se desconhecedor de matemática, garante que não quer muito, que aceita o que lhe derem em kwanzas para "beber um vinho especial e rir com a família". Uma consultora que analisou o processo revela, entretanto, que já havia actualizado a dívida dos 4,9 mil milhões de dólares para os 4,8 milhões de dólares. Págs. 4 a 7

TRANSPORTES URBANOS

Operadoras em Luanda elevam tarifas à revelia

Pág. 8



2 MIL MILHÕES USD

Grupo dinamarquês desiste de Angola e investe na República do Congo

Pág. 14

ANÁLISE

António Vieira,
ex-director
da Cobalt Angola



ANPG entrega blocos 'onshore' a empresas sem experiência

Págs. 12 e 13

Editorial

APRENDIZES DE DAMAS

Não seremos os primeiros a dizê-lo. Além da progressiva e generalizada perda da capacidade de governação, o MPLA vai também revelando sintomas graves de incompetência na formatação da nova ditadura da nova Era. A cada acção, a cada reacção, a cada decisão, o raciocínio e a destreza que se exigem de uma equipa capitaneada por um xadrezista famoso expressam-se sobretudo na forma de precipitação e desespero. Não há dúvidas, pois, que, mesmo nas hostes do MPLA, há cada vez mais gente agastada com tamanho amadorismo.

Veja-se o que se tem passado com toda a novela em torno da ameaça que representa Adalberto Costa Júnior.

Numa jogada que mais se parece de principiantes de damas, do que de especialistas de xadrez, João Lourenço e MPLA exibiram

publicamente a arma proibida que serviria de último recurso para o derrube do aclamado líder da Unita, o Tribunal Constitucional. Num primeiro momento, com o próprio MPLA a incluir num comunicado insensato a menção de que Adalberto Costa Júnior estaria por um fio na liderança do seu partido. Num segundo momento, com João Lourenço a nomear uma alta dirigente do 'politburo' para liderar precisamente o Tribunal que teria a última palavra sobre o cargo do grande rival que estava "por um fio".

Enfim, tudo denunciado, tudo previsível, tudo arrogante. Arrogância – diga-se de passagem – que não se explica apenas pelo conforto habitual de quem se julga herdeiro divino do poder. A Unita e muito particularmente o seu líder, Adalberto Costa Júnior, reclamam parte significativa do mérito neste desvario total da turma do poder. Tal é o descontrolo que até a instrumentalização dos órgãos de comunicação social públicos passou a

produzir diariamente factos tragicómicos sem paralelo. Como as declarações recentes do administrador de conteúdos da TPA, segundo as quais o presidente do maior partido na Oposição não era razão bastante para ser entrevistado. E porque não referir o teatro desta terça-feira, 05, em que a Rádio Nacional de Angola cita a TV Zimbo como fonte, a TV Zimbo cita a TPA como fonte e TPA cita a Rádio Nacional como fonte de uma mesma notícia: a anulação pelo Tribunal Constitucional do congresso que elegeu Adalberto Costa Júnior como presidente da Unita.

Eis a razão por que temos defendido aqui, incessantemente, a necessidade de uma mudança que solte de facto o Estado das garras do partido. Eis a razão por que até militantes do MPLA, como Francisco Viana, passaram a pensar que é momento de o seu partido descansar onde nunca esteve, a caminho de meio século: na oposição.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



FERNANDA RENÉE SAMUEL, Ambientalista e mentora do projecto Otchiva

Porquê o projecto Otchiva?
Na língua nacional umbundu, otchiva significa 'lago' ou, simplesmente, 'zona húmida'. A palavra otchiva, porque o projecto surgiu na cidade do Lobito, com o objectivo de salvar as zonas húmidas de mangais, habitat natural dos flamingos.

O que se espera do governo?
Espera-se a criação de uma lei específica para a protecção dos mangais e a existência de uma estratégia para a protecção e restauração dos mangais, com o objectivo de se pôr à resiliência da orla costeira, assim como o bem-estar de todas as espécies que dependem dos mangais, incluindo a espécie humana.

Quais são as principais ameaças?
Queimadas e incêndios florestais, destruição dos mangais e de toda a orla costeira, falta de saneamento básico em todas as cidades, vilas e aldeias do país são apenas alguns dos exemplos a citar. Por isso, neste momento em que o mundo vive aterrorizado pela pandemia do novo coronavírus, deveríamos parar para perceber que os avanços da ciência e da tecnologia não nos permitiram contrariar a mãe natureza.

28 TERÇA-FEIRA

O Governo dá o arranque, no Zaire, à obra de construção da II fase da Unidade de Recepção e Distribuição de Gás (URDG), que visa aumentar a utilização de gás natural em Angola.

29 QUARTA-FEIRA

Informações dão conta que as exportações de petróleo em Novembro foram revistas em alta para 33 cargas, totalizando 1,056 milhões de barris por dia, em linha com o volume de Setembro.



SEGUNDA-FEIRA

Angola quer aumentar a participação do sector não-petrolífero nas trocas comerciais com Espanha, país com o qual registou, em 2020, um volume de negócios de 629 milhões de euros, salienta o ministro do Comércio angolano, Victor Fernandes.

30 QUINTA-FEIRA

A Procuradoria-Geral da República abre um inquérito para apurar a autenticidade de uma dívida de 439,5 mil milhões de kwanzas reclamada pela empresa Angoskimas ao governo do Cuando Cubango.



31 SEXTA-FEIRA

A Procuradoria-Geral da República informa que o ex-presidente da Tcul, Abel Cosme, extraditado de Portugal, tem vindo a devolver ao Estado os valores de que se apossou e aguarda a conclusão da investigação em liberdade.



25 SÁBADO

Os governos de Angola e da República Democrática do Congo estudam a possibilidade de estabelecer uma parceria para o fornecimento, comercialização e distribuição de produtos derivados de petróleo entre os dois países.



26 DOMINGO

O novo presidente do conselho de administração do Centro Comercial 'Cidade da China', localizado na Avenida Comandante Fidel Castro, será conhecido no final deste ano, durante uma assembleia de sócios, informa a administração cessante.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM ALTA...

O petróleo começou o dia a subir, atingindo máximos de há três anos, motivado pela decisão da Opep+ de manter os aumentos da produção de 400 mil barris por dia até Abril de 2022. O Brent disparava, na tarde de terça-feira, 82,39 dólares, uma subida de mais de 1%. Ao passo que o WTI avançava 1,2%, negociando 78,61 dólares.



FACEBOOK EM RECUPERAÇÃO...

Na tarde desta terça-feira, as acções do Facebook davam sinal de recuperação subindo 2,2%, um dia após o 'apagão' mundial nos seus aplicativos: Whatsapp, Instagram e Facebook Messenger, que levaram a tecnológica a fechar o dia anterior com perda de quase 5%.

Entrevista

JOSÉ MARIA ZEFERINO, SÓCIO-GERENTE DA EMPRESA ANGOSKIMAS

"Queremos que o Governo reconheça o nosso esforço"

Dono da Angoskimas reconhece ter havido um erro "exorbitante" nos cálculos da dívida que a sua empresa exigia ao governo do Cuando-Cubango. José Maria Zeferino assegura que a empresa existe há 35 anos e é bem conhecida por dirigentes do topo. Agora, só quer receber em kwanzas e admite ficar "agradecido com o que lhe quiserem dar para poder comer e beber um litro de vinho especial com a família na sua fazenda, no Huambo".

Por Isabel Dinis

A Angoskimas só começou a funcionar em 1997 de acordo com os diários da República consultados pelo nosso jornal. Como explica a prestação de serviços antes de 1997?

A nossa empresa foi fundada em 1986 com o nome Empresa Industrial Kima Kima-Comércio Geral não especificado. Alterámos a designação de Kima Kima para Angoskimas, a 18 de Julho de 1997. O novo nome surgiu, de facto, em 1997. Nessa altura, a empresa deslocou-se do Cuando-Cubango para a capital, com o conhecimento de todos os dirigentes da província, com quem trabalhei de 1986 até 1997.

Quem são esses dirigentes?

O comissário provincial do Cuando-Cubango, general Manuel Francisco Tuta 'Batalha de Angola', na altura tenente coronel. Havia os comissários-adjuntos Daniel Vapor, para área Económica e Social, de feliz memória que já não vive conosco, João de Sousa, para a área de Defesa e Segurança do Estado, o comissário provincial Skaess, que era tenente coronel, faleceu no Cazenga. Havia o comissário Manuel Dala e o governador Fernando Liwango. Ao abrigo dos acordos de paz de 1991, foi indicado pelo ex-Presidente da Repú-

blica, José Eduardo dos Santos, como governador provincial o general João Baptista Chindandi. Temos os governadores, o general Eusébio de Brito Teixeira, o general Higinio Carneiro e o general Pedro Mutindi. E o governador Julio Marcelino Bessa, actual gestor do Cuando-Cubango. Para área do Comércio, tínhamos como delegado Jaime Tchinguembo, que passava credenciais às empresas. Foi substituído por José Cativa. Estes dirigentes conhecem muitíssimo bem a empresa Kima Kima. No pós-guerra, toda a documentação ficou nos gabinetes provinciais por onde passaram os conflitos para renovar a documentação. Surgiu a ideia da Angoskimas. A empresa tem toda a documentação nos cartórios.

As pessoas que contactámos, que incluem gestores e empresários, disseram que não conhecem a empresa. Como explica isso?

Todos os dirigentes que evoquei são do tempo dos comissários provinciais que exerceram funções como comerciantes naquela província. Uns já partiram para a eternidade e outros já não se encontram na província. Eu saí do Cuando-Cubango, em 1997. Os dirigentes actuais não conhecem o historial da empresa. Muita gente conhece a empresa: a organização Nambulo Wapossoca, o deputado Chimuco, vários empresários. Todos eles existem. Recordo a primeira e última reunião que tivemos com o ex-Presidente José Eduardo dos

A nossa empresa foi fundada em 1986 com o nome Empresa Industrial Kima Kima-Comércio Geral não especificado. Alterámos para Angoskimas, a 18 de Julho de 1997.



Não domino muito a matemática. O erro foi feito por mim.

Santos. Quando reunimos, com a mão direita dele, me encorajou e disse que a minha empresa estava a atender os militares na frente de combate. Dava 30 a 50 caixões para entregar ao Ministério da Defesa na 6ª região. Tudo passou pela minha empresa, de 1987 até 1992. Após os acordos é que começámos a trabalhar normalmente, mas as colunas continuaram. Temos todos documentos e várias facturas.

Além de fornecer bens aos ministérios da Defesa e do Comércio, fez algum outro negócio com outras instituições como Kima Kima e como Angoskimas?

No tempo da guerra, tanto o Ministério da Defesa como o governo provincial tinham uma única ordem. Nós, os comerciantes, recebíamos os papéis provenientes do gabinete do governador provincial. Você, como subordinado a receber um documento do gabinete mais alto da província, não tem nada que hesitar. Você regista numa factura. Os cuidados que tínhamos era fazer a factura e enviar ao gabinete económico do Cuando-Cubango. Só assim é que o governo foi buscar estas facturas. Por isso é que ainda existem estas facturas nos gabinetes dos governantes que passaram no Cuando-Cubango, de 1986 até 1997. Reunimos estas facturas e com elas tínhamos de recorrer, solicitar ou reclamar a nossa dívida. Eles confirmaram e assinaram para que estas facturas

sejam liquidadas de acordo com o trabalho que fizemos.

O que está a dizer é que, na altura, a empresa só fez negócios com entidades governamentais?

É mesmo isso. Por isso é que nos dirigimos ao governo provincial, a partir do governador Pedro Mutindi. O ex-governador Manuel Francisco Tuta 'Batalha de Angola' escreveu honestamente ao seu irmão de luta, Pedro Mutindi. Se for necessário, chego a Luanda e vou directamente à casa do governador 'Batalha de Angola'. Ainda está em vida. O Mutindi também está em vida, quem morreu foi o Skaess. Os outros governantes, que viram o nosso sacrifício, também não morreram. O João Samba, que foi secretário de um dos governantes, também não morreu. Esteve comigo em Junho quando fui rectificar o erro que tinha nas facturas. E foi bem rectificado. Tenho 64 anos. Faltam poucos dias para viver. Porque é que me vão sacrificar? Não temos espírito de roubar o nosso Governo.

Que cálculos é que foram feitos para a redução de 85% do valor da dívida pelo governo do Cuando-Cubango? Que tipo de erros é que continham para que se fizesse esta redução?

Não domino muito a matemática. O erro que encontramos não foi feito por mim, mas pelo gabinete económico do Cuando-Cubango em 1997. É de uma factura de um

“Não domino as cláusulas do valor. Apenas tenho as facturas que passei para o gabinete do governo provincial. Nunca tratámos em moeda estrangeira. Nas nossas facturas, temos apenas a nossa moeda.”

grupo de 850 rolos de napa, que custavam 2,6 triliões de kwanzas. Este foi o erro que o Ministério das Finanças detectou e que me mandou corrigir. Eu oficialmente fui ao governo provincial e falei com os gestores e viram que o erro era exorbitante. Fizeram novos cálculos e deram-me a documentação para ultrapassar este constrangimento.

Desde quando é que a Angoski-mas começou a reclamar a dívida?

Desde que ouvimos o comunicado do decreto presidencial de que todos os empresários, com dívidas com os governos, poderiam reclamar. Achávamos que o Governo não ia olhar por nós, mas soube reconhecer aqueles que o apoiaram nos conflitos.

Que passos teve de dar para que a dívida fosse validada pelo Cuando-Cubango?

O antigo governador Pedro Mutindi recebeu a carta do seu homólogo, 'Batalha de Angola', que nos deu coragem para começarmos a escrever. Comecei a escrever e fui bem atendido. Temos as actas que elaborámos em conjunto.

Com que governador começou?

Foi com Pedro Mutindi que comecei a reclamar a dívida.

Em que ano?

Em 2018. Recorremos ao mano Francisco Tuta, porque ele já era comissário provincial e depois passou a governador. Quando viu o abandalar pelos governantes, teve de fazer uma carta para reforçar a reclamação da nossa dívida. Ele conheceu a empresa e andámos juntos. Fomos abraçados pelo ex-Presidente de Angola. Por isso é que reforçou ao seu homólogo para não abandonar a reclamação da empresa.

Depois desta carta, que 'feedback' receberam?

Primeiro, tínhamos de fazer uma reunião que resultou numa acta de reconciliação de dívida. Foi feita em 2019. Concluiu que existe uma dívida de 2,9 triliões de kwanzas e outra de 9,9 milhões de kwanzas, referentes ao período de 1992 a 1997.

Depois deste reconhecimento, que passos foram dados para a acta de reconhecimento de reunião de 16 de Junho com o actual governador do Cuando-Cubango?

Depois de o Ministério das Finanças mandar corrigir, fui ao Cuando-Cubango e com o secretário provincial elaborámos várias actas.



Depois encaminharam para o Ministério das Finanças. Tenho fé de que o Ministério seja de boa fé e pense no sofrimento que passámos. Estou tranquilo e não tenho constrangimentos com o governo nem tão pouco com o Ministério.

Tem noção de que, antes de ser feita a correcção, a empresa estava a reclamar um valor equivalente à capitalização do Fundo Soberano de Angola, que era de 5 mil milhões de dólares?

Não domino as cláusulas do valor. Apenas tenho as facturas que passei para o gabinete do governo provincial. Nunca tratámos em moeda estrangeira. Nas nossas facturas, temos apenas a nossa moeda. Não sei se vão converter em dólares. Até não conheço dólar.

A dívida reconhecida hoje é superior a 700 milhões de dólares...

Isso agora passa pelo critério do Ministério. Mas nós, como cidadãos angolanos e comerciantes do nosso país, o que nos derem, vamos agradecer. Mas gostávamos que nos dessem em kwanzas. Pode desvalorizar. O que queremos é que o Governo reconheça o nosso esforço.

O valor corrigido é de 439,5 mil milhões de kwanzas. Se for convertido em dólares são 731 milhões. Tem noção do valor da dívida que a empresa está a reclamar?

Não tenho nenhum cálculo sobre esta situação. Apenas quero que me dêem aquilo que quiserem dar em kwanzas. Não preciso ir além. Já sou mais velho e já não

tenho como gozar este dinheiro. Penso só estar na mata, na minha fazenda, a cuidar dos animais. O resto, com a minha família, vamos começar a rir e beber o nosso copo de vinho.

Documentos que chegaram até ao jornal dão conta que umas das empresas tinha reduzido o valor da dívida para 2,9 mil milhões tendo em conta o kwanza actual. Como diz que não faz diferença, tem noção deste valor mesmo com a redução?

Não tenho muita visão sobre os valores que vão dar à empresa. Se derem os valores de acordo com os documentos do governador do Cuando-Cubango, da declaração de reconhecimento de dívida, o montante é de 439,5 mil milhões de

kwanzas referente ao fornecimento de bens diversos, que foi assinado em 21 de Junho deste ano.

Mas tem noção deste valor mesmo com a redução?

Vimos que houve um erro muito exorbitante e ficámos satisfeitos com o que nos deixaram. Diz-se que "aquilo que cortaste na cobra é que é teu". Não espero outra coisa.

Está satisfeito com a redução?

Muito agradecido. Durante 29 anos à espera deste valor, se sai agora, com a idade que tenho, é de agradecer. O tempo que resta é pouco. Pelo menos, como lá um pouco e bebo lá um litro de vinho especial e fico satisfeito.

Mas este valor, mesmo com a redução, dá para comprar muitos litros...

Para o bem dos jovens que estão a atrapalhar a movimentação das viaturas nas ruas da capital, posso empregar estes jovens na fazenda e ganham lá qualquer coisa até quando eu morrer.

Que tipo de produtos fornecia ao Governo?

Caixões, bens alimentares, mobília. Furneci muita coisa no Cuando-Cubango.

E só prestou serviços no Cuando-Cubango?

Quando saí, em 1997, do Cuando Cubango, mudei-me para Luanda de 1998 até 2000. E tive intenções de me instalar no Kwanza-Norte e tirava madeira no Bengo.

Depois de 2000 o que fez?

A empresa sempre trabalhou no comércio. Apesar de não ser a 100% por causa da mudança de capitais. Estamos a trabalhar, à espera do nosso governo para nos alavancar. O capital foi abaixo, mas continuo a pagar impostos. Neste momento, o nosso escritório está no Huambo. Estamos a trabalhar com uma padaria que também não dá lucros.

Sabe que a PGR abriu um inquérito depois das notícias sobre a empresa e a validação da dívida?

Sim. Mas ainda não tenho nenhuma notificação. Fez bem. Estamos a redigir um documento para a PGR.

Não teme nada?

Nada. Quem não deve não teme. Temos testemunhas e estão em vida. Não morreram.

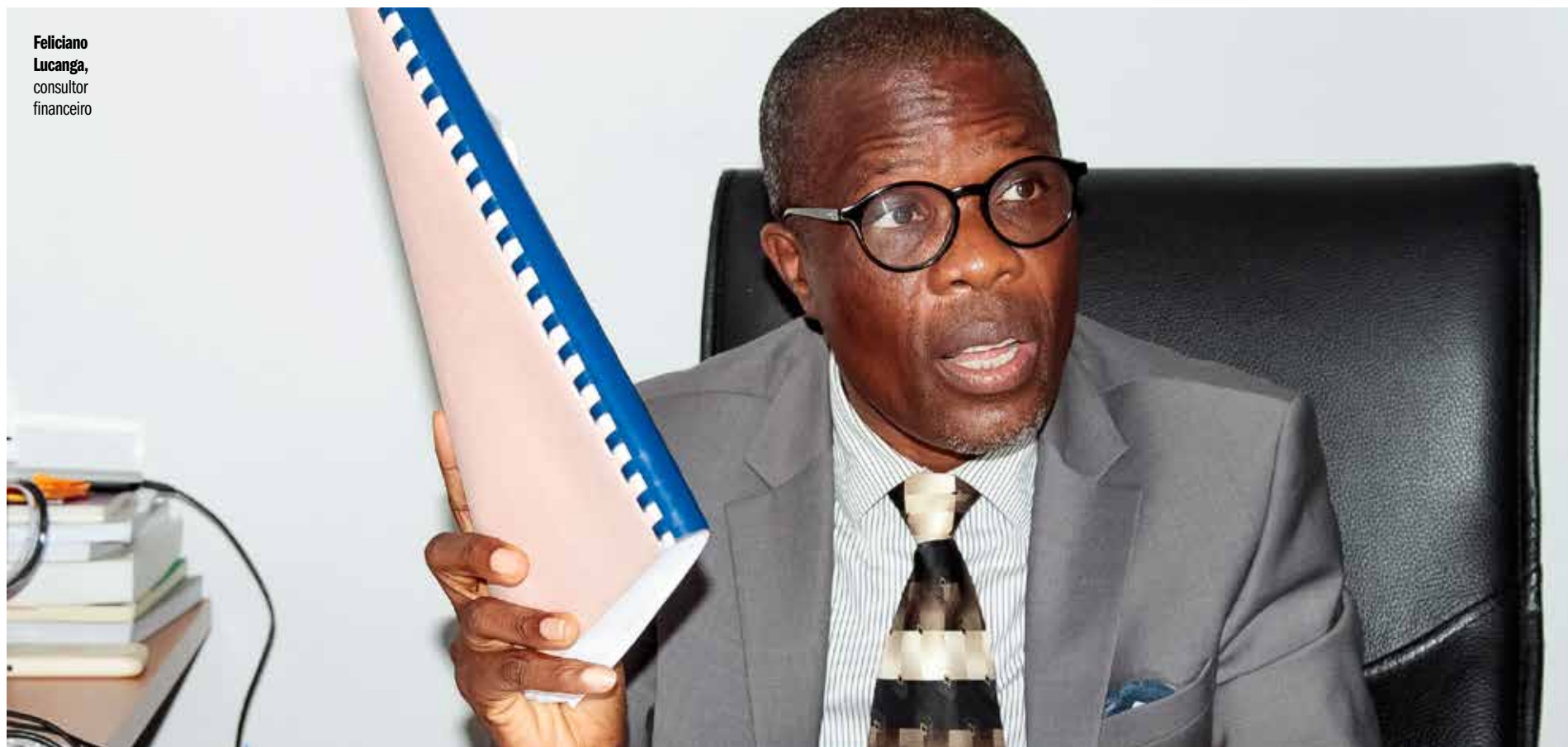
Economia/Política

CASO ANGOSKIMAS

Consultora reduziu dívida para menos de 5 milhões de dólares

EXCLUSIVO. Angoskimas foi aconselhada a reduzir o valor da dívida ao governo do Cuando Cubango. No entanto, empresa nega. Consultora afirma que a reclamação "não faz sentido", atendendo à legislação actual. Ministério das Finanças contradiz governo provincial.

Feliciano Lucanga, consultor financeiro



Por Isabel Dinis

Uma consultora especializada em análise financeira, a Global Governance Finance (GCF), reduziu o valor da dívida reclamada pela empresa Angoskimas ao governo do Cuando Cubango, de 2,9 biliões de kwanzas (4,9 mil milhões USD) para 2,9 mil milhões de kwan-

zas (4,8 milhões USD), após consultoria prestada entre 2020 e 2021.

De acordo com o responsável da GCF, Feliciano Lucanga, a dívida de 2,9 triliões de kwanzas foi validada de forma "errada", argumentando que, hoje em dia, "não faz sentido usar a legislação passada" para reclamar dívidas antigas. E, ao contrário do que afirmam ex-governantes e governantes actuais consultados pelo Valor Económico, Lucanga garante que as dívidas reclamadas pela Angoskimas já eram do conhecimento de vários

governadores que passaram pelo Cuando Cubango.

A dívida foi contraída entre 1992 e 1997, tempo em que o país usava o kwanza reajustado e estava em guerra. Ao abrigo do decreto lei de 12/99 de 12 de Novembro, foi extinto o kwanza reajustado, passando a vigorar uma nova moeda. "Esta dívida é de apenas 2,9 mil milhões de kwanzas usando a regra 'dos três simples' e a legislação", resume o consultor. "Ressaltei sempre este aspecto ao dono da empresa que o valor que

ele reclama já não era o mesmo. Quando aconselhei, o senhor pensou que a dívida tinha reduzido bastante e que estava a aconselhar mal. E outros prometeram resolver a sua dívida", explica.

Admitindo que o Governo abriu uma excepção pelo "choramingar" do empresário, uma vez que a empresa já "tinha perdido a legitimidade de reclamar", o consultor entende que o governador do Cuando Cubango foi induzido em erro pela sua equipa para validar a dívida. "Duvido muito que

o governador pegou no processo e autorizou. Algum membro da sua equipa levou o processo. Quando o processo entrou, o governador não esteve lá", cogita, desafiando o governador a explicar os cálculos que fez para chegar aos 439,5 mil milhões de kwanzas validados contra os 2,9 triliões de kwanzas anteriores. "Agora, o governo tem pedido 'batimento' das dívidas públicas?", questiona-se.

Feliciano Lucanga aponta o dedo ao governo do Cuando Cubango, mas também ao Ministério das

OS GOVERNOS DE ANGOLA e Portugal aprovaram um protocolo bilateral sobre a facilitação de vistos nacionais, em passaportes comuns ou ordinários, para mobilidade jovem, por razões de saúde e de trabalho.

Finanças por, muitas vezes, não responder aos pedidos dos credores e explica que, como a Angoskimas, há muitas empresas a reclamarem dívidas sem terem aconselhamento do Ministério das Finanças. “Demoram eternidades a responder aos empresários com dívidas e a pandemia veio agravar este processo”, observa.

ANGOSKIMAS REJEITA CONSULTAS

No entanto, a Angoskimas nega que tenha feito qualquer contrato com a GCF para a apurar o valor da dívida. O sócio-gerente da empresa, José Zeferino, garante “nunca” ter firmado contrato com a GCF, mas admite que o seu processo “passou por muitas mãos”. Sem nunca aceitar referir-se directamente à consultora, José Zeferino explica que essas “muitas mãos” queriam “usurpar” à sua empresa 45% do valor que o Governo pagaria, mas que o gabinete do governador “lhe puxou as orelhas” e o aconselhou a não entregar mais o processo da Angoskimas. “Tive o cuidado de ouvir os conselhos do Ministério das Finanças e do governo provincial. E coube-me apenas trabalhar com o Ministério e o governo. Estes mentores que queriam usurpar os 45% estão a chantagear a empresa e a sujar o nome dos nossos dirigentes. Pedimos oficialmente para que estas pessoas saiam à tona para conhecermos, senão, vamos recorrer à PGR”, avisa.

O dono da Angoskimas admite ainda haver “erros” no processo e nas facturas, mas que foram rectificadas, depois de seguir as orientações do Ministério das Finanças.

Na semana passada, depois de o caso ser espoletado, o Ministério das Finanças emitiu um comunicado em que ressalta que não deu provimento à reclamação de dívida da empresa Angoskimas uma vez que esta se encontrava fora do âmbito temporal de 2013 a 2017, definido pelo Decreto Executivo n.º 507/18, de 20 de Novembro, que norteava a estratégia de regularização de dívida interna atrasada. “A reclamação foi registada, após recepção da certificação e homologação feitas pelo Governo Provincial do Cuando Cubango, enquanto órgão beneficiário dos serviços”, esclarece a nota.

O Ministério explica ainda que, com o novo Regime Jurídico para o Reconhecimento e Tratamento da Dívida Interna Atrasada, bem como o Regulamento

2,9

Mil milhões de Kwanzas, valor da dívida estimado pela consultora GCF

45

Porcentagem da dívida que solicitavam à empresa pelos supostos intermediários.

MEMORIZE

● O ‘caso Angoskimas’ foi denunciado com referência a uma dívida acima dos 500 milhões de dólares, mas cálculos do Valor Económico fixaram a dívida reclamada em 731 milhões de dólares. Depois das notícias, o governo do Cuando Cubango informou que solicitou à PGR um inquérito para averiguar a veracidade da dívida reclamada.

sobre os Procedimentos e Critérios para a Regularização de Atrasados e atendendo “às inconformidades identificadas”, o processo da Angoskimas vai ser remetido à Inspeção-Geral da Administração do Estado (Igae), que tem competências para aferir a elegibilidade para a regularização, ou não, das dívidas atrasadas ocorridas fora da plataforma SIGFE (Sistema Integrado de Gestão das Finanças do Estado), “desde que não configurem tentativa de burla e eventuais actos lesivos ao erário”.

Ao Valor Económico, as Finanças reafirmam que “o processo foi apreciado e foram tidos em consideração vários aspectos. Por isso, o parecer do GTACE considerando-o improcedente da data de 1 Julho de 2021”

FINANÇAS CONTRADIZEM GOVERNO PROVINCIAL

Contudo, o comunicado das Finanças não vai de acordo com o comunicado do governo do Cuando Cubango, que ressalta que a dívida tinha sido validada no passado e que se encontrava no Ministério das Finanças, seguindo correctamente os procedimentos constantes do Decreto Executivo n.º 57/18, de 20 de Novembro, combinado com o Despacho Interno n.º 59/20.

Para o governo do Cuando Cubango, a redução da dívida em 85% foi “um acto de patriotismo e de boa gestão da coisa pública”. No entanto, a PGR anunciou, na semana passada, a instauração de um inquérito para apurar a dívida da Angoskimas com o governo do Cuando Cubango.

O CASO

O ‘caso Angoskimas’ foi denunciado, na semana passada, em primeira mão, pelo jornal ‘Folha 8’ que fazia referência a uma dívida acima dos 500 milhões de dólares reclamada por uma empresa ao governo do Cuando Cubango, cujos contornos geraram suspeitas de uma tentativa de desvio de fundos públicos.

Cálculos do Valor Económico colocaram, entretanto, a dívida reclamada e validada em mais de 731 milhões de dólares. Os documentos que suportam as denúncias estão assinados pelo governador do Cuando Cubango, Júlio Vieira Bessa, e pelo secretário-geral do governo provincial, Edgar Xisto Vieira Catito, e declaram o reconhecimento da dívida referente “ao fornecimento de bens diversos e géneros alimentícios” ao governo local.

Na acta de reconhecimento de dívida, elaborada na sequência de uma reunião entre o governo do Cuando Cubango e a empresa Angoskimas, a 16 de Junho de 2021, as partes concluíram pelo apuramento do valor da dívida de 439.552.312.379,07 kwanzas, ao contrário do valor anteriormente calculado de 2.996.514.112.475 kwanzas (4,994 mil milhões de dólares), um corte de 85%.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

TRANSPORTADORA PÚBLICA VIOLA LEI

INTR promete punir operadoras que fazem intermunicipal sem licença

TARIFAS. Há operadoras de transporte colectivo a efectuar o serviço intermunicipal sem sequer estarem licenciadas. Denúncia de irregularidades é do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários (INTR), que promete aplicar sanções. Operadoras exigem, por sua vez, aumento no preço do serviço urbano.

Por Guilherme Francisco

Algumas operadoras fazem o serviço intermunicipal sem a licença e preços não aprovados pelo INTR e pela Autoridade Reguladora da Concorrência. Exemplo disso é a operadora Tcul, que transformou a rota Estalagem – KM 30, ainda considerada urbana, como uma rota intermunicipal, cobrando 150 kwanzas, contra os 50 estipulados por lei e através da sub-

venção do Estado. A empresa pública cobra, igualmente, 200 kwanzas na rota intermunicipal Viana – Catete.

“Muitas vezes, tem sido prática os operadores iniciarem as suas actividades sem antes obter todos os requisitos cumpridos, ou seja, não têm as respectivas licenças e começam logo a operar. Isso significa que não têm os estaleiros operacionais, não solicitaram a validação da tarifa a praticar, não asseguraram os veículos ou até não inspecionam os veículos e começam logo a operar”, observa.

O INTR considera a situação “preocupante” e avisa as operadoras, como a Tcul, que o preço estabelecido pelo serviço inter-



municipal se enquadra no regime de preços vigiados e, “neste sentido, não obstante a iniciativa da empresa, estas devem sempre dar nota para a validação dos preços pelos órgãos acima referidos.”

Em sua defesa, a Tcul explica, contra o decreto, que os “preços

não são vigiados pelo Estado”, pelo que “as operadoras são livres de determinar” as taxas que praticam. A empresa afirma também desconhecer a cobrança de 150 kwanzas da Estalagem ao KM 30, apesar de a situação ser verificada aos olhos de todos nas paragens.

O órgão regulador convida, por isso, as operadoras a dirigirem-se às suas instalações para clarificar as dúvidas. “É importante realçar que a tarifa praticada no serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros é livre, não é subvencionada e os operadores podem propor mediante a sua estrutura tarifária e após validação do órgão de tutela”, insiste. E acresce que as empresas infractoras, seja no serviço urbano, intermunicipal, seja interprovincial, correm o risco de serem sancionadas.

REAJUSTE DA TARIFA DO SERVIÇO URBANO EM ESTUDO

A direcção da transportadora Macon é contra os actuais 50 kwanzas cobrados no serviço urbano pelo facto de actualmente os custos serem “avultados” e não contribuírem para a estabilização das operadoras. “Não é sustentável para as empresas, apesar de ter alguma subvenção. O preço da corrida dos serviços urbanos está completamente desactualizado, não se faz reajuste há muito tempo”, lamenta.

Admitindo reconhecer as dificuldades das empresas, influenciadas pelo aumento do custo de vida que se reflecte na subida do preço das peças, acessórios e consumíveis, o INTR adianta que estão em curso estudos para que se efective o reajuste de tarifa até ao próximo ano. “Não nos opomos que sejam feitos reajustes, mas deve haver equilíbrio nas tarifas praticadas pelas operadoras e a capacidade de os passageiros pagarem. Este trabalho está a ser desenvolvido e implica alguma audição e até mesmo discussões técnicas que esperamos ver resolvidas ainda no último trimestre de 2022”, avança.

BILHETE COM PREÇO ÚNICO ‘MORTO’

O bilhete com preço único, lançado em 2017, pelo então Instituto de Preço e Concorrência, podia entrar em vigor no ano seguinte, habilitando os utentes a terem acesso a transportes públicos, como autocarros, comboios e barcos, durante um dia pagando somente 120 kwanzas. A iniciativa é desconhecida pelo INTR. O órgão regulador explica que só conhece o sistema de bilhética integrado nos transportes públicos, em implementação desde 2019, em Luanda.

O PRESIDENTE João Lourenço sublinha, durante o discurso de abertura do ano académico 2021/22, que o executivo trabalha pelo posicionamento das universidades angolanas no ranking das melhores do continente e do mundo.



EM NOVEMBRO

Angola vai perder ainda mais milhões por défice na produção

PETRÓLEO. OPEP fixou em 1,330 milhões de barris/dia a quota de produção para Angola, em Novembro, ou seja, mais 47 mil barris. Aumento da quota pode, entretanto, servir para aumentar as perdas potenciais que o país tem registado devido ao défice na produção petrolífera.

Por César Silveira

A quota de produção de Angola, à luz do acordo OPEP+, será de 1,377 milhões de barris/dia (mb/d), a partir de Novembro, contra os actuais 1,330 milhões de barris, de acordo com os dados da organização publicados na sequência da 21.ª reunião ministerial do cartel que aconteceu nesta segunda-feira.

No encontro, os membros da OPEP+ decidiram manter a política de produção, acordada na sua 10.ª

Reunião Ministerial que aconteceu a 12 de Abril de 2020 e posteriormente endossada em reuniões subsequentes, incluindo a 19.ª Reunião Ministerial da OPEP e não OPEP, em 18 de Julho de 2021.

“Foi confirmado o plano de ajuste da produção e o mecanismo de ajuste da produção mensal aprovado na 19.ª Reunião Ministerial da OPEP e não OPEP e a decisão de ajustar para cima a produção global mensal em 0,4 mb/d para o mês de Novembro de 2021”, lê-se no comunicado do encontro.

Com esta decisão, o cartel frustra a pressão de países como EUA, China ou a União Europeia que, nas últimas semanas, vão apelando para o aumento imediato da produ-

ção da OPEP+, face à tendência crescente do preço do petróleo. A decisão da OPEP e parceiros, de resto, provocou um aumento considerável do preço do petróleo que, na terça-feira, foi negociado acima dos 80 dólares.

Depois de produzir 1,067 mb/d em Agosto, em Setembro Angola conseguiu inverter a tendência de défices que registava há vários meses. Produziu mais 43 mb/d, fixando a produção 1,110 mb/d.

ANGOLA VAI PERDER MAIS MILHÕES

Face à quota a que tem direito, à luz do acordo da OPEP+, Angola registou, em Agosto, um défice de

220 mil barris/dia. Em termos de receitas brutas, o país terá perdido cerca de 15,472 milhões de dólares, considerando o preço de 70,33 dólares, que foi a média apurada pelo cartel. Com a possibilidade de produzir, em Novembro, até 1,377 mbd, Angola vai aumentar o défice que tem registado, nas receitas brutas, pela incapacidade de produzir a quota a que tem direito.

O acordo em vigor iniciou em Abril de 2020 e Angola iniciou a dar sinais de que aproveitaria melhor a eventual subida resultante do corte na produção. Foi a primeira vez que Angola iniciou um acordo semelhante, indicando que produziria no limite da quota.

Mas, na verdade, acabou por produzir acima da quota que lhe foi atribuída, tendo recebido, inclusive, moratória no sentido de reduzir a produção. No entanto, passou a registar défice em Outubro de 2020 e, desde então, a produção esteve sempre abaixo da quota com tendência de crescimento do ‘gap’.

O primeiro acordo neste figurino foi alcançado em Dezembro de 2016 e entrou em vigor em Janeiro de 2017, tendo-se estendido até ao final do mesmo ano. Angola tinha a ‘obrigação’ de produzir apenas 1,673 mbd. No entanto, a média diária de produção neste ano foi de 1,634 mbd, cerca de 39 mil barris abaixo da quota.

Economia/Política

NO SEU RELATÓRIO ANUAL

FMI busca recursos para garantir alívio da dívida até Abril de 2022

Até ao fim de Abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou empréstimos para 86 países, totalizando mais de 110 mil milhões de dólares, desde o início da pandemia, o que representa um número inédito de pedidos de financiamento de emergência.

Só no primeiro ano da pandemia, ou seja, em 2020, foram disponibilizados cerca de 100 mil milhões de dólares. Os restantes 10 mil milhões foram disponibilizados até Abril deste ano.

No seu relatório anual, o FMI compara as solicitações para fazer face à pandemia da covid-19 com as registadas entre 2008 e 2010 para contrariar os efeitos da crise financeira mundial, bem como as solicitações dos países devido à pandemia do ébola que aconteceu entre 2014 e 2016. Nos

três anos que durou a crise financeira internacional, o FMI disponibilizou cerca de 73 mil milhões de dólares, enquanto para os países enfrentarem a pandemia do ébola, disponibilizou, em três anos, cerca de 59 mil milhões de dólares.

“O apoio da comunidade internacional é imprescindível para que esses países se recuperem da pandemia. Tal apoio inclui o alívio da dívida proporcionado pelo FMI a 29 dos seus países-membros mais pobres por meio do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT)”, salienta a instituição.

Por outro lado, o Fundo garante estar em busca de “recursos adicionais para conceder alívio da dívida por um período de dois anos completos, até Abril de 2022, a fim de cobrir o alívio da

dívida entre Outubro de 2021 e Abril de 2022 e garantir recursos suficientes na forma de donativos para suprir as necessidades dos países-membros no futuro no contexto de outros choques abrangidos pelo CCRT”.

Sobre a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do Grupo dos Vinte (G-20), que conta com o apoio do FMI e do Banco Mundial, a instituição não faz referência a uma possível extensão, lembrando apenas que, “desde a sua entrada em vigor em Maio de 2020, a iniciativa disponibilizou 5,7 mil milhões em alívio da dívida a 43 países até ao fim de 2020.

Duas prorrogações de seis meses da iniciativa, até ao fim de 2021, irão garantir um alívio considerável do serviço da dívida”.



ACUSAÇÃO DA NAMÍBIA

Angola ignora avisos sobre pesca ilegal

Depois de já o terem feito em outras ocasiões, as autoridades namibianas voltaram, esta semana, a acusar o Governo angolano de ignorar as notificações sobre navios angolanos que entram furtivamente nas águas namibianas, sobretudo às noites, para a prática da pesca ilegal.

Segundo os registos das autoridades namibianas, as ocorrências acontecem desde 2017, ano em que foram detectadas pelo menos 23 embarcações a participar em actividades de pesca ilegal, não declaradas e não regulamentadas nas águas da Namíbia. Segundo as autoridades do país vizinho, as embarcações levam posteriormente o peixe para a República Democrática

do Congo, garantindo que alguns destes navios estão licenciados pelo Governo angolano. Esta semana, o inspector-chefe da polícia, Sebastian Ndeitunga, garantiu, em entrevista ao The Namibian, que estão a trabalhar para reforçar o controlo, avisando que os navios que forem encontrados serão apreendidos.

“Todas as forças estão a fazer o possível para acalmar a situação. Estamos a alertar os proprietários de que estão prestes a perder as suas embarcações. É melhor eles levarem esta mensagem a sério”, ameaçou. Ndeitunga admitiu desafios, especialmente quando os navios fogem de volta para Angola.



Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Economia/Política

A ANPG e o licenciamento em terra



António Vieira,
ex-director
da Cobalt Angola

Uma vez mais, a montanha pariu um rato. Uma mão cheia de blocos em terra, para os letrados cá do burgo ‘onshore’, foi posto a disposição para a exploração de petróleo e gás, e falhou. O licenciamento falhou no seu propósito de atrair empresas multinacionais de exploração e produção de petróleo e gás de nível júnior. Uma empresa júnior, entenda-se, é uma produtora com vários blocos de exploração e que produza uns milhares largos de barris de petróleo por dia. Qualquer empresa júnior de petróleo e gás produz petróleo e/ou gás.

Gastaram-se somas elevadas na promoção desses blocos com o objectivo de se atraírem operadores dignos desse nome para virem investir em Angola e a lista de empresas a quem foram atribuídos os blocos não mostra nada disso. Embora ainda haja quem se interesse na exploração de petróleo, essas organizações não sentiram qualquer atracção pela oportunidade por nós oferecida. Como em todos os falhanços, é conveniente analisar o que se passou para se aprendam lições indisponíveis doutra maneira. E aquilo que os potenciais operadores de dimensão média, por outras palavras júnior, estavam à espera que viesse a acon-



tecer, aconteceu mesmo: não se queriam misturar com amadores nem com partes desconhecidas e suspeitas conluios embaraçosos.

Em diversas ocasiões, foi-se falando da falta de apetite das operadoras-produtoras de petróleo pelas operações em terra em Angola. Num artigo anterior, eu levantei a questão de que a licitação teria o mesmo destino que havia tido a licitação das bacias de Benguela e do Namibe no mar. E foi isso que se verificou. Não houve nenhum interesse internacional, contrariamente ao que a ANPG divulgou nos diferentes pontos de notícias relacionados com a indústria. Foi também a postura da agência quando no ‘Jornal de Angola’ se falava em empresas juniores internacionais. Quais empresas juniores? Vejamos em análise sumária quem são as empresas seleccionadas para negociarem contractos com a agência.

Para o Bloco CON 1, foram

Gastaram-se somas elevadas na promoção desses blocos com o objectivo de se atraírem operadores dignos desse nome para virem investir em Angola e a lista de empresas a quem foram atribuídos os blocos não mostra nada disso.

seleccionadas as empresas Somoil, INTANK, MonkaOil e Omega. Embora com muitas dificuldades, a Somoil tem-se conseguido firmar como uma empresa de exploração e produção de petróleos, pese o facto de que somente se aguenta graças ao factor ‘nacional’ e à influência que os seus proprietários têm junto do Governo. É uma empresa ‘boutique’. Num ambiente puramente competitivo, a Somoil já teria falido há muito tempo. Apesar de tudo, quero acreditar que a Somoil tem capacidade para ser operadora. Quanto às outras parceiras, pergunto, porque foram seleccionadas? A INTANK não passa dum prestadora de serviços sem qualquer experiência em exploração de petróleos. Trata-se dum empresa nigeriana (com representação nos States) que tem no seu historial clientes como a Total, BP, Chevron, etc., para as quais forneceu essencialmente serviços de transporte e armazenamento de crude. A

MonkaOil é uma empresa de direito angolana que, segundo dados públicos, é uma provedora de informação e dados sobre a indústria. No seu currículo, não tem qualquer actividade relacionada com a exploração e produção de petróleo. Finalmente, está neste grupo a OMEGA RiskSolutions, uma empresa sul-africana que opera em Angola como provedora de serviços de segurança. Estas são as empresas seleccionadas para o CON 1.

Para o Bloco CON 5, foram seleccionadas as empresas MTI Energy, Prodoil, Prodiaman Oil Services, Upite Oil Company, e Servicab S.A. A operadora seleccionada é a MTI, uma empresa constituída e incorporada em Edmonton, Alberta, Canada, em 18 de Setembro de 2019. A MTI é, na sua melhor perspectiva, uma subsidiária da divisão de serviços de perfuração e intervenção em poços da MiteyTitan Industries Inc. (MTI Inc). Portanto, a MTI é, no seu melhor, uma subsidiária dum empresa de serviços e não tem quaisquer qualificações e experiência dum empresa de petróleos para ser uma operadora. Como é que uma empresa com dois anos de existência e sem nunca ter feito, sequer, uma campanha sísmica pode operar um bloco para explorar e produzir petróleo? Isto é um erro de palmatória e quem o fez só pode estar a brincar com o que é de todos nós. E para aqueles que alegam capacidade financeira, a folha de caixa não é de maneira nenhuma que se queira ver muito saudável. Duas outras empresas do bloco, a Prodoil e a Prodiaman pertencem ambas ao camarada Pedro Godinho, explorador do restaurante Veleiro e não me parece que tenham capacidade para fazer exploração pese o facto de a Prodoil ter uma parceria

***Não houve nenhum interesse internacional,
contrariamente ao que a ANPG divulgou nos diferentes pontos
de notícias relacionados com a indústria.***

com a Somoil. Quanto à UPITE e à SERVICAB, são, no seu melhor, empresas angolanas de prestação de serviços sem qualquer informação do domínio público. São, portanto, empresas desconhecidas. Fantasmas???

No Bloco CON 6 a operadora seleccionada é a Mineral One e tem como parceiros a Somoil, a AIS, e a Prodoil. A Mineral One é uma empresa de capital angolano criada em 2018 para “prover competência operacional e retorno económico-social, no segmento de negócios de mineração” segundo se pode ler na sua página informativa. Sem qualquer experiência na indústria de petróleo e gás, como pode a agência atribuir-lhes a função de operadora? Será que estamos perante mais um escândalo de todo o tamanho? Quanto à AIS, trata-se de uma empresa estabelecida há uma dezena de anos e está vocacionada ao fornecimento de serviços técnicos de consultoria, incluindo mão-de-obra. A AIS é gerida por BoDontoni, embora não possua os recursos financeiros necessários, está bem posicionado para conseguir quem o apoie e é tecnicamente capaz. Sobre os outros parceiros já falámos atrás.

Para o Bloco KON 5, as empresas seleccionadas foram a MTI, a Sonangol P&P, a Monka e o Grupo Simples. Já falámos sobre a MTI e sobre a Monka. A Sonangol P&P não necessita de apresentação e o que há a dizer é que deveria estar em todos os blocos e se possível como operadora. Tem o ‘know-how’, a experiência, e não deverá ter dificuldades em obter o financiamento necessário. Conhece bem o negócio e tem quadros competentes. O Grupo Simples declara na sua página pública que pretende “Tornar-se a empresa de serviços de petróleo e gás preferida para as operações de seus clientes, prestando serviços com os mais elevados padrões, agregando valor ao seu negócio principal com uma força de trabalho angolana altamente motivada, treinada e competente, sem comprometer a Segurança, Saúde, Meio Ambiente ou Qualidade”. Embora estejam no mercado há bastante tempo e forneçam mão-de-obra as operadoras estrangeiras, não tem a experiência suficiente para ser tida como uma empresa de exploração de petróleo e gás.

Para o Bloco KON 6 as empresas seleccionadas foram o Grupo Simples e a MTI. Sobre estas duas empresas já tudo foi dito atrás e nada há a acrescentar. O que irá resultar deste



casamento de falta de experiência? Que “filhos” esperam parir?

Para o Bloco KON 8 temos a AlfortPetroleum para além do Grupo Simples, da MTI Energy e da MonkaOil. A Alfort é uma empresa criada em 2007 com o objectivo de prestar serviços a indústria de petróleo e gás, tendo “a posteriori” mudado o seu nome para “AlfortPetroleum”. Durante a sua existência, tudo o que se sabe do seu trabalho foi a venda de petróleo e gás, e a distribuição, marketing e venda de produtos tais como gasolina, gasóleo e mazut. Definitivamente, esta experiência não a qualifica de maneira nenhuma como uma empresa de exploração de petróleo. Não tem qualificações para tal.

Para o Bloco KON 9, foram seleccionadas as empresas AIS, Grupo Simples, e a Brite Oil& Gas, Lda. Sendo as duas primeiras identificadas atrás, vamos ver quem é a Brite. A Brite é uma empresa ame-

ricana de consultoria para upstream com foco na promoção, identificação, aquisição e desenvolvimento de oportunidades para exploração de hidrocarbonetos. Os serviços que prestam a indústria incluem a geração de prospectos, interpretação sísmica e engenharia de reservatórios. A Brite cobre várias etapas no trabalho de exploração de hidrocarbonetos em geologia, geofísica, reservatórios e engenharia de perfuração. Portanto, a Brite é uma fornecedora de serviços e não uma empresa de petróleo e gás.

Para o Bloco KON 17, a agência deu preferência a MTI, a Brite e a Mineral One. Tendo já falado das duas primeiras, falta-nos ver quem é a Mineral One. A Mineral One é uma empresa angolana criada em 2018 com actividade na indústria mineira. Não existe qualquer referência desta empresa relacionando-a com a indústria de petróleo e gás.

Finalmente o Bloco KON 20 está

atribuído à MTI e à Brite Oil& Gas, duas empresas atrás mencionadas.

Como podemos ver, o processo de atribuição de blocos é não só uma “farsa” de todo o tamanho, como também tem em si o cunho da marimbondagem que havia marcado a licitação de 2012. Pelo que me é dado perceber, a ANPG fez um trabalho que em nada abona a indústria nacional e que não dignifica o nosso Governo como sua agente. Acredito que o titular dos petróleos ainda não se apercebeu da maracutaia que lhe foi montada. E, como é óbvio, o general sequer se está a aperceber desta manobra perniciososa. Contrariamente ao que a ANPG pôs a circular, nenhuma operadora internacional de petróleo e gás virá operar em terra, e nenhuma das empresas seleccionadas (excepto a Sonangol P&P e talvez a Somoil) tem competência técnica ou capacidade financeira para ajudar a desenvolver a indústria em terra.

Para além destes dois factores fundamentais, estes “amadores” não têm na sua veia o “commitment” necessário para avançarem, nem o sentido de risco que a exploração de petróleo e gás impõe. Que ninguém se esqueça que se investem facilmente 200-300 milhões de dólares em prospecção sempre correndo o risco de não se encontrarem reservas comerciais. Empresas sem coluna dorsal e bolsos fundos prometem o que não têm na esperança de bonificações do governo, ou de encontrarem pelo caminho um pato bravo que esteja disposto a correr o risco que eles decidiram enfrentar.

Entre os concorrentes pré-seleccionados encontramos empresas com muito menos que cinco anos de existência, sem contabilidade organizada, sem endereços físicos para contactos, sem pessoal qualificado e experiente, sem sequer se poder aferir os seus accionistas por se tratar de empresas anónimas, e sem disponibilidade para colocarem os milhões que prometem investir em “trust”. Afinal de contas, quem está por trás de mais esta manipulação do bem público? Serão os mesmos de ontem, ou os que a coberto de novas amizades influenciam o general com o propósito de obterem oportunidades para as quais não estão qualificados? Com este suruba, não iremos a lado nenhum. Quem estará por trás disto tudo?

Ainda vamos a tempo de reverter esse quadro maleficiente. O alargamento da indústria é possível e poderá ser lucrativo sobretudo se houver transparência e selectividade de operadores que o sejam. Tendo em conta o fim próximo da indústria, há que reagir de forma rápida e eficiente. Espero que a ANPG se ajuste com a rapidez devida e se adapte aos dias de hoje. Que traga a transparência que se esperava ao ficar com os direitos de concessionária antes no pelouro da Sonangol. Que se faça um processo de licitação sem os obstáculos e privilégios garantidos a quem só tem o desejo e ambição de se tornar um actor na indústria esperando apoios do estado só por serem nacionais. Que se ponham os blocos a disposição de quem os queira sem os obrigar a ter parceiros nacionais sem a competência que a indústria requer. Essas empresas internacionais irão elas próprias alinhar com quem elas acharem que o devam fazer. Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.

Mercados & Negócios

ESCOLHEU REPÚBLICA DO CONGO

Haldor Topsoe desiste de investir 2 mil milhões USD em Angola

INVESTIMENTO.

Grupo empresarial dinamarquês desistiu do investimento de 2 mil milhões de dólares em fábrica de fertilizantes no Soyo, Zaire. Ao Valor Económico, a Haldor Topsoe, presidida por Bjerne Clausen, clarifica que nem todos os projectos são viáveis por “motivos técnicos” e “financeiros.” República do Congo foi o destino do investimento.



Por Guilherme Francisco

A empresa líder mundial em soluções e tecnologias de catalise química, Haldor Topsoe, já não vai investir numa fábrica de fertilizantes no Zaire, como adiantara há quatro anos o seu presidente e director executivo, Bjerne Clausen, após um encontro com o Presidente da República, João Lourenço. Em declarações exclusivas ao Valor Económico, a empresa, sediada na Dinamarca, esclarece ter dei-

xado para trás a intenção de investir em Angola por alegada falta de viabilidade técnica e financeira.

“A Haldor Topsoe está sempre comprometida em apoiar clientes e países para promover suas ambições de aumentar sua produção local de fertilizantes. Os meios de suporte podem ser muito diferentes de projecto para projecto e podem incluir uma ampla gama de compromissos da Topsoe. No entanto, nem todos os projectos são viáveis por motivos técnicos, financeiros ou outros”, explica.

Apesar de ter referido, em 2017, aquando do encontro com o Presidente João Lourenço, estar

2

Mil milhões USD, valor do investimento que previa em Angola.

à espera somente de cedência de terreno e contratos para o fornecimento de gás natural, o grupo empresarial, sem avançar detalhes que estão na base da desistência, já não vislumbra materializar o projecto.

“Actualmente, não estamos envolvidos em projectos em Angola”, insiste, salientando não ser prática da empresa tornar públicas as razões concretas para não avançar com determinado projecto.

Na altura, a Haldor Topsoe assegurava ter feito já a prospecção da área pretendida para construir a fábrica em três anos, prometendo uma capacidade de

produção de dois milhões de toneladas por ano que seriam distribuídas localmente e no resto da África austral. No entanto, exigia um contrato de fornecimento de gás natural de 30 anos e outro de estabilidade de preços, de forma a proporcionar a segurança nos investimentos.

“Podemos começar a construção de imediato, desde que haja a concessão de uma parcela de terrenos, um contrato de abastecimento de gás natural, preferencialmente de 30 anos, e um contrato de estabilidade de preço”, dizia, há quatro anos, Bjerne Clausen, garantindo investimento próprio de 2 mil milhões de dólares.

Entretanto, no ano a seguir, em 2018, a empresa, em parceria com a MGI International celebrava um memorando com o governo da vizinha República do Congo para fabricar fertilizantes. A fábrica avaliada em 2,5 mil milhões de dólares será inaugurada no próximo ano e conta com um financiamento da Agência de crédito à exportação da Dinamarca, IKF. O propósito continua o manifestado há três anos a Angola, o de distribuir fertilizantes no mercado local, sub-regional e internacional. A diferença reside apenas no número de empregos a gerar no Congo, cinco mil directos, mais mil do que o projectado anteriormente para Angola.

Sediada na Dinamarca, a Haldor Topsoe pretende ser líder global em tecnologias de redução de emissão de carbono para as indústrias química e de refino e está presente nos Estados Unidos da América, Brasil, Irão, Canadá, Malásia, China, Rússia, Alemanha, Arábia Saudita, Índia, Argentina, Indonésia e Barém.

A PETROLÍFERA ITALIANA ENI, a Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANPG) e a Sonangol assinaram, nesta segunda-feira, um acordo de cooperação para produção de biocombustíveis de forma a dinamizar o sector da transição energética.

UNIDADE PERTENCE AO GRUPO CHINÊS SUNSHINE

Fábrica de contadores à espera da ENDE e da EPAL para iniciar produção

INDÚSTRIA. Resultante de um investimento de 17,5 milhões de dólares, unidade tem uma capacidade de produção de 400 mil contadores por ano.

Por Mateus Mateus

Depois de inaugurar, em Agosto, a Métricas Soluções, primeira fábrica de contadores de energia e de água do país, o grupo Sunshine continua a aguardar pela formalização do contrato com a Epal e a Ende, que são os principais potenciais clientes da fábrica.

Fonte da empresa garante ao Valor Económico que, apesar de ainda não estarem a distribuir os contadores por falta desta formalização, não estão preocupados por

acreditarem que a relação vai concretizar-se a qualquer altura. Para já, garante, a empresa vai formando os técnicos angolanos.

Em declarações a este jornal, em Agosto, o PCA da empresa, Michael Chan, afirmou que o investimento foi motivado pelas necessidades do mercado angolano, tendo salientado que a distribuição e/ou venda dos contadores dependia da autorização da Ende já que os contadores de energia não são vendidos ao público.

“Vamos participar nos concursos de projectos de contadores de energia e água da Ende e da Epal. Já estamos a discutir e queremos cooperar com eles para exportar os contadores para outros paí-

ses”, adiantou, assegurando que a fábrica já possui as condições completas para produzir, embora não tenham ainda qualquer pedido. Desde já, a expectativa é que, até ao fim do ano, comecem a fazer as primeiras entregas. “Mas isso depende da necessidade da Ende”, precisa, argumentando ser da responsabilidade da empresa pública traçar os planos.

A fábrica conta com uma capacidade de produção anual de mais de 400 mil contadores para energia e água, estando a exploração da referida capacidade dependente da solicitação do mercado.

Na primeira fase, foram investidos, com capital próprio do grupo, 17,5 milhões de dólares, o que

já permite o funcionamento da fábrica de contadores de energia. Na segunda fase, serão investidos mais 10 milhões para a conclusão da fábrica de contadores de água.

O grupo chinês Sunshine começou a operar em Angola em 2014 e conta com investimentos avaliados em mais de 200 milhões de dólares, tendo o foco na importação e exportação em vários sectores, no país desde 2004.

Com o lançamento do grupo em Angola, criaram as plataformas Tupuca, T’Leva, uma mina de exploração de nióbio e outra de diamante, além de ser o responsável pela importação da marca Jetour.

Angola é o primeiro mercado do grupo em África.



Refriango vai produzir Super Bock e Cristal

A Refriango e a Super Bock Group firmaram uma parceria para a produção das marcas Super Bock e Cristal em Angola, num investimento de 5 milhões de dólares.

Segundo Diogo Caldas, director-geral da Refriango, a parceria vai permitir o aumento de produção e o nível de vendas, assim como o aumento de empregos no sector industrial e comercial. Para a produção das duas cervejas portuguesas que regressam ao mercado angolano, a matéria-prima será importada de Portugal, enquanto do mercado local vai adquirir-se o vidro, o cartão e a saca fácil.

“Temos acesso à receita da Super Bock, neste momento, várias pessoas trabalham em Portugal a alinhar as necessidades para termos uma boa receita”, refere. Manuel Violas, PCA da Super Bock Group, diz, por sua vez, estar satisfeito por voltar a investir em Angola, depois da saída em 2013 devido a situações de vária ordem, o que provocou perdas à empresa, tendo sido forçados a encontrar outros mercados. Ivan Prado, secretário de Estado para a Indústria, acredita que a parceria representa uma “mais-valia”.



DE JURE

PENITENCIÁRIO DO SUMBE

Provedora admite excesso de prisão preventiva

A provedora de Justiça, Florbela Araújo, admitiu haver, no Estabelecimento Penitenciário do Sumbe, no Cuanza Sul, casos de excesso de prisão preventiva e atrasos na emissão de declarações de soltura.

Numa visita recente a algumas instituições ligadas ao sector da Justiça, entre as quais a Cadeia do Sumbe, e para conferir posse ao chefe

do Serviço Provincial da instituição, Araújo prometeu apresentar as preocupações registadas aos órgãos afins, refere uma nota da Provedoria da Justiça.

A Provedora, que visitou igualmente as novas instalações da Delegação Provincial do Ministério do Interior e do SIC, conferiu posse ao jurista Raimundo Wondila ao cargo de chefe do Serviço Provin-

cial da Provedoria de Justiça, depois de um interregno de cerca de dois anos, sem este serviço, a nível local.

Os Serviços Provinciais da Provedoria de Justiça são uma unidade que desenvolve actividades, prestando informações, esclarecimentos aos cidadãos, mantém o provedor informado, elabora pareceres sobre assuntos ligados à Justiça.



'CASO RR'

Prossegue sessão de julgamento

Está prevista para esta terça-feira a retoma da segunda sessão do julgamento do mediático 'caso RR', que envolve o ex-director do gabinete provincial da Educação, Raimundo Ricardo, e mais quatro co-arguidos.

Os arguidos são acusados pelo Ministério Público da prática de crimes de peculato, branqueamento de capitais, fraude contra a segurança social, corrupção passiva, abuso de poder, tráfico de influência e associação criminosa.

Destacam-se, entre os 13 declarantes, a ex-chefe de departamento das Finanças e Recursos Humanos do referido gabinete, Telma Gou-

veia, que, na altura dos factos, tinha supostas competências para celebrar contratos, bem como o actual chefe de departamento do Ensino Geral, Hermenegildo Simão.

Além da audição dos declarantes arrolados ao processo, devem ser ouvidos alguns directores municipais da educação e de escolas que, supostamente, beneficiaram dos serviços prestados pelas empresas ligadas ao processo.

A primeira sessão de audiência e julgamento, dirigida pelo juiz Francisco Chimpindo, decorrida na última terça-feira, tinha sido marcada com a leitura da acta da acusação e interrogação a cinco arguidos arrolados.

BERNARD TAPIE, A MORTE AOS 78 ANOS

Uma vida que dava vários filmes

TRAJECTÓRIA. Empresário polémico, envolvido em casos de corrupção que abalaram a França, antigo presidente do Olympique de Marselha, político, actor, apresentador de televisão, cantor, deputado e eurodeputado, magnata e ministro. E até vítima de um rapto. Foi uma vida cheia a de Bernard Tapie, que terminou aos 78 anos, vítima de um duplo cancro.

Por Emídio Fernando

Não sobraram adjectivos nas biografias escritas por jornais de todo o mundo, em particular os franceses, para descrever Bernard Tapie. Uns elogiosos, outros críticos, mas todos a convergir na ideia que o empresário francês conquistou meio mundo, chegou ao topo e caiu com estrondo, mas completou uma vida carregada de aventuras políticas, empresariais e sociais.

Os jornais, após a sua morte aos 78 anos, encheram-se de descrições, algumas pouco meigas: "Fénix, herói, amigo, mentiroso, jogador, vigarista, carismático, líder, 'buldozer', corajoso, combativo, sedutor, conquistador".

Por partes, o homem, nascido de uma família modesta, cresceu a alimentar polémicas e morreu sem ter resolvido o combate de uma vida. Em Maio, já altamente debilitado por causa da luta com dois cancros, completou 30 anos

de litígio financeiro por causa da sua 'jóia da coroa': a Adidas. O banco Credit Lyonnais acusou-o de ter vendido a Adidas de uma forma fraudulenta e conseguiu que o tribunal obrigasse o empresário francês e a mulher a devolverem mais de 400 milhões de euros. Pelo meio, foi condenada a actual presidente do Banco Central Europeu, quando ainda era ministra das Finanças de França, por negligência. De recurso em recurso, Tapie morreu sem ver o caso concluído,

Mas o empresário conseguiu concluir outros, alguns com relativo sucesso. Foi condenado quando exerceu as funções de ministro das Cidades, num governo presidido pelo socialista François Mitterrand, em 1995. O tribunal condenou-o por manipulação de resultados desportivos, corrupção e suborno, quando presidia ao Olympique de Marselha. A pena foi de dois anos, mas, mas só ficou preso por 165 dias. Tapie foi ministro apenas durante quatro meses.

A vida de Bernard Tapie é, acima de tudo, uma mistura de um conto de fadas com enredos



policiais. "Um homem de mil vidas", descreveu-o o prestigiado jornal francês Le Monde. Essas vidas foram repartidas por altos e baixos. Começaram num berço modesto, nos arredores de Paris, mas com pouco mais de 20 anos

já dirigia uma equipa de ciclismo. Começou assim uma trajectória que teve como ponto alto a presidência do Olympique. Aqui, chegou ao céu, levando a equipa a ser campeã europeia, e depois ao inferno, indo parar à prisão.

O inferno, no entanto, foi amenizado. Tapie já tinha acumulado uma fortuna que fez dele um magnata. Coleccionou amigos na política que o levaram a ser eleito deputado e eurodeputado e nomeado ministro das Cidades. No campo do 'show-business', também ia juntando sucessos e amigos consideráveis, desde o mais famoso publicitário mundial, Jacques Séguela, ao actor Alain Delon. Pelo meio, ainda teve tempo e arte para se tornar actor e cantor, dando voz, durante cinco anos, a uma série televisiva, e ainda apresentador de televisão.

Mesmo com tanta agitação, nunca descuro a 'arma' que lhe permitiu atingir o topo dos negócios: os investimentos na comunicação social. Construiu um império, assim definido pelos franceses, que acabou por se desfazer lentamente depois de 50 anos de permanência no topo.

Tal como num filme, a vida de Tapie acabou em tragédias. Sofreu no combate desigual com dois cancros. Chegou a confessar, em entrevista à revista Paris Match, ainda este ano, que estava "completamente partido". E revelou que passava oito horas por dia na cama e que se sentia como se tivesse 100 anos.

Um fim trágico, quase cinematográfico, que poderia ter sido pior em Abril deste ano quando foi sequestrado, juntamente com a mulher. Passou horas nas mãos dos raptos, foi agredido e surgiu na televisão, depois de libertado, com marcas de ter sido violentamente agredido.

Como bom francês - e ainda por cima empresário - Bernard Tapie acabou também por se envolver com África. No caso, com o presidente congolês Denis Sassou Nguesso, em negócios que até incluíram as vendas de jogadores de futebol.

(In)formalizando



AUMENTO DE QUASE CINCO VEZES

Plataforma de recolha de lixo com crescimento

SANEAMENTO. Em cerca de 10 meses passou de dois para 20 trabalhadores e a facturação de 150 mil kwanzas para um milhão, por mês. Área de actuação estendeu-se para vários bairros, quando, no início, operavam apenas em três

Por Redacção

A Plataforma de Recolha de Lixo, denominada Projecto Clean, tem assinalado um crescimento desde que foi criada em meados de 2020. Até Dezembro, tinha dois trabalhadores e contava com um registo de 50 clientes circunscritos em apenas três bairros de Luanda: Nelito Soares, Terra Nova e Bairro Popular.

De início, previa facturar, pelo menos, 150 mil kwanzas, por mês. Passados cerca de 10 meses, a facturação mensal está estimada em mais de 700 mil kwanzas, resultado de contratos com

mil residências em vários bairros de Luanda. Mas, além das casas com contratos, também fazem recolha pontualmente a residências sem contrato em troca de 100 kwanzas por dia.

Este valor, no entanto, não entra para a caixa da empresa, de acordo com o responsável do Projecto Clean, Roberto de Almeida. É distribuído para os trabalhadores como “forma de ajudar quando não tiverem dinheiro do táxi e terem algo para comer durante o dia”.

O número de trabalhadores também aumentou. Passou de dois para 20 recolhedores de lixo. “Com o aumento do número de trabalhadores, tivemos a necessidade de aumentar os funcionários. Fizemos uma avaliação a 15 pessoas. Destes apenas quatro se

MEMORIZE

● Depois de terem chegado com a recolha de lixo, têm recebido propostas para cuidar da área da jardinagem de cada bloco e vivendas na centralidade do Zango 8000.

30

Mil kwanzas, valor máximo dos salários no Projecto Clean para os recolhem o lixo.

mantêm, os outros fugiram sem dizer nada. Aos que ficaram, a empresa decidiu alugar uma casa e dar comida”, explica.

A empresa tem gerentes de bairro, que controlam os trabalhos de cada funcionário e enviam relatórios semanais aos responsáveis. Os salários oscilam entre os 20 e os 30 mil kwanzas.

Por outro lado, o único equipamento de trabalho resumia-se e um carro de mão retirado de casa, visto que não tinham 80 mil kwanzas para comprar um balde de lixo. Hoje, no entanto, possuem 50 baldes também como resultado de uma parceria com um fornecedor, ao qual recebem o material para pagamento a posterior.

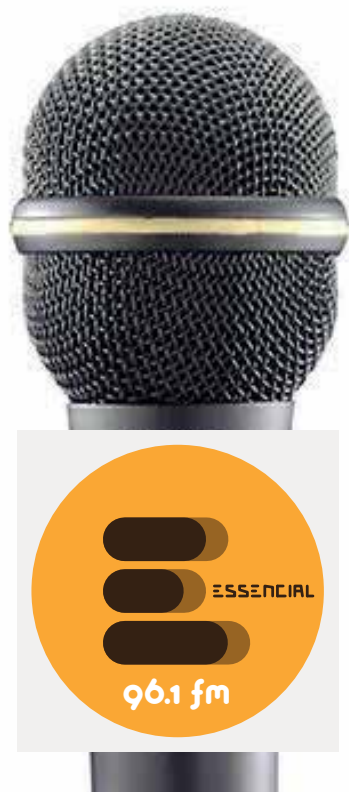
A falta de recolha de lixo e resíduos sólidos no Rangel, Luanda,

foi o mote para que os gémeos Roberto de Almeida e Humberto de Almeida, então com 18 anos, criassem, em Novembro de 2020, o Projecto Clean. Os mentores já pensam em expandir-se para fora de Luanda. Roberto de Almeida revela que a intenção é optar pela recolha selectiva, separando os resíduos orgânicos dos não orgânicos.

A CAMINHO DA JARDINAGEM Enquanto isso, a pensar na diversificação do negócio, os dois jovens pensam em apostar na jardinagem. Depois de terem chegado com a recolha de lixo, têm recebido propostas para cuidar da área da jardinagem de cada bloco e vivendas na centralidade do Zango 8000.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A semana que passou foi um pouco marcada por fugas à justiça... Uma senhora de 96 anos foi apanhada depois de fugir ao tribunal que a acusa de cumplicidade no assassinato de 11 mil das 65 mil pessoas que morreram num campo de concentração nazi onde era secretária em 1945. Em Portugal o fugão que está a marcar a actualidade é mais novo e banqueiro, o ex-líder do Banco Privado Português, João Rendeiro que foi condenado pela terceira vez por burla agravada, mas diz que não vai aceitar ser bode expiatório do desejo de se castigar quando não há outros castigados - fugiu tendo agora um mandato internacional de prisão. Entre nós a notícia da semana passada não foi tanto uma fuga à justiça como foi um regresso, depois de uma ausência prolongada... O antigo presidente da Tcul e da Unicar-gas, Abel Cosme, foi entregue pela justiça portuguesa à justiça angolana. E, pelo que se escreve (e ainda ninguém desmentiu) foi trazido de jacto privado de Lisboa para Luanda com custos para o Estado superiores ao valor da caução que terá pagado para ficar em liberdade, (provavelmente por não ter cometido o que quer que tenha sido que Augusto Tomás de facto cometeu, não necessariamente contra a lei, mas contra quem nela manda - o jornal O Crime chama-lhe 'o preso do presidente').

Mas a nossa actualidade fundamentalmente e mais uma vez, voltou a ser marcada pela pandemia do Covid19, que segundo o



ministério da saúde ultrapassou a malária em número de mortos pela primeira vez, no que começa a ser visto oficialmente como a terceira vaga da pandemia, com um pico de mortes e de novas infecções.

E a resposta do nosso governo foi fechar novamente as praias e piscinas que abriu há pouco tempo e que registaram imediatas enchentes, mas bem mais curioso, a decisão foi impor o certificado de vacinação à entrada de espaços públicos, de instituições públicas e restaurantes entre outros a partir de 15 de outubro com o objectivo de reforçar e transmitir a mensagem da importância da vacinação.

Estas decisões que põem o carro à frente dos bois cada vez mais se tornam marca registada do governo. E é incrível que parece que não aprendemos nada mesmo depois de vermos que essas deci-

sões mal ponderadas, sem consideração ao nosso contexto, correm muitas vezes mal. Basta lembrar o médico que morreu às mãos da polícia porque o governo decidiu que as máscaras eram obrigatórias, mesmo quando o cidadão estivesse sozinho fechado no carro - coisa que não se fazia em lado nenhum e que, conhecendo a nossa polícia e o hábito reconhecido da gasosa - seria previsível que pudesse correr mal.

Mas e agora pergunto eu, o governo antes de decidir a obrigatoriedade do certificado para passar mensagem da importância da vacinação considerou o facto de poder não ter capacidade de vacinar? Considerou o facto de a vacinação no país ter uma das taxas mais baixas do mundo?

Portugal tem neste momento a taxa mais alta de vacinação do

Estas decisões que põem o carro à frente dos bois cada vez mais se tornam marca registada do governo. E é incrível que parece que não aprendemos nada mesmo depois de vermos que essas decisões mal ponderadas, sem consideração ao nosso contexto, correm muitas vezes mal.

mundo perto de 85% da população, Angola andarà pelos 5% de taxa de vacinação, mas está a impor medidas que só fariam sentido em países com taxa de vacinação elevada... não há ninguém que lembre aos nossos governantes que 'galinha não segue pato'? Mas porque é que tomam decisões emocionados, sem considerar os efeitos dessas decisões para o colectivo, como se estivessem simplesmente a gerir o quintal de casa? A confusão que se vai gerar - como aliás já se gerou com a decisão de obrigatoriedade de vacina para viagens (quando ainda por cima em muitos países as vacinas tomadas em África nem tão pouco são reconhecidas) que causou filas de gente desesperada que já tinha viagem marcada e foi apanhada de surpresa quando nem havia capacidade para gerir aquele tipo

de afluência urgente - é tudo confusão perfeitamente antecipável e desnecessária. E ainda por cima a quantidade de vacinas que Angola tem, e a capacidade de as administrar à população são variáveis que o governo não controla porque por mais boa vontade que tenha não depende de si.

Se durante muito tempo as farmacêuticas nem conseguiam dar resposta em termos de produção para países ricos, é num país africano que tem dependido de doações com cerca de 5% da população vacinada que o certificado - que nem tão pouco é obrigatório desta forma nos países com vacinação acima dos 75% - é o melhor caminho?

Tomam-se decisões que vão novamente limitar as pessoas, limitar a circulação e com isso limitar a economia novamente, como se tivessem já vacinado muita gente e tivessem assegurada a capacidade de vacinar o resto... Este atabalhoamento, esta vontade de tomar decisões, a pressa que põe a 'carroça à frente dos bois' vai-se tornando marca registada da displicência com que se ignora o contexto do país.

E não faltam exemplos de decisões deste tipo. O fecho de instituições de ensino superior sem acautelar o direccionamento de estudantes que já investiram tempo e dinheiro; a decisão do BNA de impôr o abastecimento dos caixas automáticos, sem um plano que materialize essa decisão, a imposição de barreiras aduaneiras sem acautelar as regras da Organização Mundial de Comércio que o país subscreve, o aumento das propinas num contexto em que é evidente que as famílias estão descapitalizadas e em que a inflação se estima continuar em alta - enfim gestão de quintal, de "virem-se como quiserem, decidimos - cumpra-se. Como? É problema vosso." Uma gestão que acusa falta de empatia para além de falta de capacidade.

P.S. Depois de esta opinião ir para o ar na Rádio Essencial sexta-feira, o governo anunciou com a pompa (pimpa?) do costume que até ao fim do ano espera receber mais de sete milhões de vacinas... no entanto, as medidas que exigem certificado para entrada em instituições públicas e até restaurantes (coitada da restauração) entram em vigor dia 15 deste mês... perguntas para quê? É o "virem-se como quiserem".

Nos últimos tempos, a República de Angola tem caminhado no sentido de convergir para a realidade vivida em sociedades económica e socialmente mais maduras..



A evolução do sistema financeiro angolano



Francisco Vasconcelos,
Manager EY,
Assurance Financial Services

O sistema financeiro angolano tem vindo a dar passos importantes com vista à aproximação das melhores práticas internacionais.

Nos últimos tempos, a República de Angola tem caminhado no sentido de convergir para a realidade vivida em sociedades económica e socialmente mais maduras. Ao nível do

sector financeiro, esta evolução tem contado com o apoio de um interveniente chave, o Fundo Monetário Internacional, que tem vindo a dar continuidade à implementação do 'Programa de Estabilização Macroeconómica' definido em 2018.

Nesta primeira fase, o foco está ao nível da regulamentação do sistema financeiro, no qual o Banco Nacional de Angola (BNA) e a Comissão de Mercado de Capitais (CMC) desempenham um papel fundamental. Não obstante, os diversos desafios na adaptação à nova regulamentação, que são acrescidos pelos desafios económicos que o país atravessa, obrigam a que sejam dados passos de forma gradual. O principal objetivo destas iniciativas é introduzir as melhores práticas internacionais em diversas matérias, sendo que, ao longo do último ano, se verificaram alterações estruturais e de extrema

relevância. Destaco a aprovação da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, a qual foi actualizada com as políticas, normativos e instrutivos emitidos recentemente, focados na solvabilidade das instituições e na eficácia do sistema de controlo interno. Outro passo relevante foi o 'Projecto de Equivalência de Supervisão e Regulação', que visa reforçar a estabilidade financeira e a transparência do sistema financeiro, alinhado com os padrões internacionais, para facilitar o processo de avaliação da equivalência, pela Autoridade Bancária Europeia (EBA, sigla em inglês). Realço, também, a importância da actualização da regulamentação no que respeita aos procedimentos relacionados com branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Numa segunda fase de desenvolvimento financeiro, é expectável

que exista uma maior abertura do sector ao mercado internacional, a qual terá diversas vertentes. Uma delas está relacionada com o acesso a novos instrumentos financeiros, os quais passarão a estar reflectidos no balanço dos bancos e a ter expressão, à semelhança do crédito a clientes, e das obrigações de dívida nacional. A este nível já se verificaram os primeiros desenvolvimentos com a negociação directa e o início de leilões de operações cambiais a prazo e a perspectivação de entrada em bolsa de algumas empresas. Apesar dos desafios relacionados com a complexidade destes instrumentos financeiros, os mesmos são uma ferramenta importante para o processo de gestão de risco, permitindo que as instituições solidifiquem os seus balanços e se tornem menos expostas a variações de mercado, especialmente cambial e taxa de juro.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

[Enviar mensagem](#)

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Edição 278 Likes 1.060 Partilhas 77

A edição 278 do Valor Económico alcançou pelo menos 50 mil internautas que interagiram mais de 12 mil vezes com as publicações só na página do Facebook. A capa foi das publicações mais comentadas com o tema da dívida pública de 731 milhões de dólares à empresa Angoskimas na província do Cuando Cubando.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Dorivaldo Salvador Garcia

Este é o país das michas, porque aqueles que lhe confiamos como gestor da coisa pública, são os mas viciados e desonestos.



Rodrigo Guimarães

Sempre em descobertas científicas fantásticas esses nossos governantes sábios sempre a desfalcarem



António L'amaro

Enquanto isso, o pedido de uma CPI da dívida pública, continua engavetada... Sabe Deus porque, deve ser apenas coincidência ou nem por isso?



Jose Gomes

Nada mudou, somente se alteraram os intervenientes.



Ermely Manuel

Entreguem o país incompetentes



Manuel Nunnda Nunda

Pela capa da notícia não precisas procurar muito Vera Daves kkkkkkkk



Deleto Deleto

Pelo que sei a empresa não é desconhecida. Até porque um dos sócios está a falta de um dedo numa das mãos e isso tem história



Joaquim Afonso

Lá vamos pagar pelo que não comemos!! A vergonha não tem fim... a quem é que não devemos? Gostava de saber... mesmo com cinquenta guerras o dinheiro do petróleo dava para vivermos em paz...



Victória Moreira

Pais das 7 maravilhas para 6 dúzia e estrangeiros



Claudio Jorge

Carrega mana Vera! Rédea curta nos trapaceiros!



Silvano Pano

como é que o estrangeiro vai investir em Angola? com estes truques e pimpas



António Santos

Deve ser de algum Marimondo Sénior



Chiualé Ligia

Aqui em Angola, só gatunagem... Dinheiro do povo... Criam Empresas da gatunagem. Estes nossos Muatas só fazem envergonhar... Pouca-vergonha...



Santos Martins

Santo Deus acuda-nos, aos olhos das tais autoridades, as coisas acontecem assim?



Luis Miguel

Sempre foi assim ele está só a tentar sacar uma massa ...



Alexand Dalton Magnata Dalton

Esse governo é burocrata e diabólico, eles trabalham para o próprio diabo! O Povo angolano com muita fome e penúria, mas esse governo endemoniado continua roubando Zilhões e Zilhões de Kzs. Esse governo bandido e gatuno, merecem ir todos para a Cadeia preso em Prisão Perpétua.



Lis Sukuakuetche Tunguta Tunguta

Assim mesmo esses estão mesmo dispostos a melhorar o país?



Augusto Junior

Isso não acaba enquanto os abutres não desaparecerem do planeta

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Covid-19

POR DEFESA DE FÁRMACOS SEM EFICÁCIA

Bolsonaro diz que foi alvo de troça em Portugal



O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, disse que foi alvo de troça em Portugal pelo facto de o seu governo defender o uso de fármacos sem comprovação científica contra a covid-19.

A declaração de Bolsonaro deu-se durante a habitual transmissão em vídeo nas redes sociais, em que, entre outros temas, voltou a defender aquilo a que chama de “tratamento precoce” contra a covid-19, um conjunto de fármacos sem eficácia contra a doença, como cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina e nitazoxanida. “Eu vi um deboche [troça] de uma televisão portuguesa em cima da gente. Não sei se viram esse filme aí. O repórter falando que entrevistou o [Hamilton] Mourão [vice-presidente do Brasil]. Perguntaram o que é que o Mourão tomou [quando esteve infectado] e ele falou: ‘tomei isso’”, começou por contar Bolsonaro.

“Daí, a repórter brasileira pergunta: ‘tomou isso? Mas não tem comprovação científica contra a covid-19!’ e o Mourão respondeu:

‘mas eu estou vivo’. Piada em Portugal. Piada!”, criticou.

Após ser diagnosticado com covid-19 em Dezembro do ano passado, Hamilton Mourão fez uso de hidroxicloroquina, azitromicina e nitazoxanida, segundo informou a própria assessoria da vice-presidência na ocasião. Segundo o chefe do Estado, os que falam contra o “tratamento precoce” “tremem” e “falam fino” quando recebem um diagnóstico positivo da doença e passam a “tomar qualquer” coisa.

Bolsonaro aconselhou os brasileiros infectados com o novo coronavírus a procurar um profissional de saúde, assegurando que a “maioria dos médicos” com quem tem conversado receita esses fármacos aos seus pacientes.

O líder brasileiro insinuou ainda que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que cumpre quarentena nos Estados Unidos da América (EUA) após ter sido infectado na sua deslocação à Assembleia Geral das Nações Unidas, possa ter usado medicamentos ineficazes contra a covid-19.

ATÉ FINAL DO ANO

Angola tem vacinas para imunizar 60% da população

O governo recebeu três milhões de doses da vacina chinesa Sinopharm, de um total de 10 milhões, que permitirão vacinar 60% da população até ao final do ano, segundo uma nota do Ministério da Saúde (Minsa). As vacinas foram entregues no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, na presença do ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Francisco Furtado, e da ministra



da Saúde, Sílvia Lutucuta, que insistiu no reforço das medidas de prevenção. Angola pretende vacinar 60% da população elegível do país contra a covid-19 até dezembro próximo, ou seja, 7,8 milhões de habitantes maiores de 18 anos, o que corresponde a uma meta de imunização diária de 100.000 pessoas. Os casos de covid-19 aumentaram significativamente na última semana, com dois dias de recordes sucessivos de infecções, levando o Governo a recuar em algumas medidas de alívio das restrições e a impor a apresentação obrigatória do certificado de vacinação ou, em alternativa, um teste negativo para aceder a locais públicos, a partir de 15 de Outubro. Em finais de Setembro, o país tinha pouco mais de um milhão de pessoas com a vacinação completa (cerca de 3% da população).

A PRIMEIRA-MINISTRA da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, anunciou nesta segunda-feira, 4, que as restrições impostas contra a Covid-19 serão gradualmente relaxadas em Auckland, a maior cidade do país, colocando um fim à estratégia de “Covid zero”.

PRAIAS INTERDITAS

Obrigatório certificado de vacinação para acesso a restaurantes

Por decisão do Governo, Angola passa a exigir o certificado de vacinação ou teste negativo à covid-19 para o acesso a espaços públicos como restaurantes e instituições públicas, entre outros.

O acesso às praias e piscinas públicas volta a ser interdito. Segundo o ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Francisco Furtado, que apresentou as novas medidas

preventivas de controlo da pandemia, a vigorar a partir deste mês, “a curva epidémica da covid-19 mostra um aumento significativo preocupante de casos positivos durante o mês de Setembro, com uma taxa de crescimento de cerca de 13%”. A partir de 15 de Outubro, passa a ser obrigatória a apresentação de certificado de vacinação para entrada nos restaurantes, instituições públicas entre outros. “O



objectivo principal é reforçar e transmitir uma mensagem mais presente da importância da vacinação”, justificou o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida.

Continua a ser obrigatório o uso da máscara facial na via pública e nos espaços fechados.

O novo decreto presidencial mantém a situação de calamidade pública. As autoridades sanitárias recomendam a vacinação a todos os cidadãos, excepto menores de 18 anos, com destaque para grupos profissionais, como funcionários públicos em geral e todos os que prestam serviços directamente ao público.

POSTOS DE VACINAÇÃO DUPLICAM PROCURA

A exigência do certificado de vacinação está a provocar uma corrida dos cidadãos aos postos de vacinação.

Nas filas intermináveis, em Luanda, encontram-se, sobretudo muitos jovens que procuram a primeira dose.

APENAS PARA IMUNODEPRIMIDOS

Regulador da UE aprova terceira dose

A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) decidiu que uma terceira dose da vacina anticovid-19 da BioNTech/Pfizer e da Moderna só deverá ser administrada na União Europeia (UE) a pessoas com “sistemas imunitários gravemente enfraquecidos”, após 28 dias. A agência justifica que este aval dado surge depois de vários “estudos terem demonstrado que uma dose extra destas vacinas aumentou a capacidade de produzir anticorpos contra o vírus que causa a covid-19 em doentes com sistemas imunitários enfraquecidos”. “Embora não haja provas directas da capacidade de produzir anticorpos nestes doentes protegidos contra a covid-19, espera-se que a dose de reforço aumente a protecção pelo menos em alguns



doentes”, adianta a EMA, assegurando que “continuará a monitorizar quaisquer dados que surjam sobre a sua eficácia” e que acrescentará informação sobre esta ‘luz verde’ aos fármacos.

Na semana passada, a EMA anunciou estar a avaliar um pedido da farmacêutica Moderna para administrar uma terceira dose

de reforço da vacina anticovid-19 na UE, para maiores de 12 anos após seis meses. Antes, no início de Setembro, o consórcio farmacêutico Pfizer/BioNTech submeteu uma solicitação semelhante à EMA para restabelecer a protecção de vacinados com 16 anos de idade ou mais após seis meses da segunda dose.

PROTESTOS

Israel reforça regras do certificado digital

Israel reforçou as regras do seu certificado digital covid-19 para permitir que apenas aqueles que receberam uma dose de reforço da vacina ou que recuperaram recentemente da doença entrem em locais fechados, uma medida que gerou protestos. Problemas técnicos impediram a implementação do ‘covid green pass’ actualizado pelo Ministério da Saúde – uma espécie de certificado digital de vacinação – enquanto milhões de israelitas tentavam reeditar a documentação que permitiria a entrada

em lojas, restaurantes, eventos culturais, academias e outros locais fechados.

De acordo com as novas directrizes, as pessoas elegíveis para um certificado devem ter recebido um reforço da vacina.

Aqueles que receberam duas doses da vacina, ou aqueles que recuperaram da doença só são elegíveis por seis meses após a data da vacinação ou recuperação. Os novos critérios significam que quase dois milhões de pessoas vão perder o certificado de vacinação nos próximos dias.

Marcas & Estilos



Uma oportunidade VIP

Seja o primeiro a realizar este pedido especial. Um pedido especial Hermès é concedido a clientes VIP da Pristine Kelly 25 duas vezes por ano pela Hermès e dá a oportunidade de solicitar uma bolsa totalmente personalizada. O interior é tonal e tem um bolso com fecho e dois bolsos deslizantes.



Presente obrigatório

A cesta de 14 Rwanda é uma peça central requintada para qualquer mesa ou decoração de parede atraente. Um item obrigatório para todos os entusiastas de decoração para casa ou alguém que queira dar um óptimo presente personalizado para aniversário ou casamento.



AUTOMÓVEL

Agradável de ouvir

O novo Mercedes-Maybach S-Class é 18 cm mais longo do que a distância entre eixos do Classe S. Tem dois assentos executivos, apoios para as pernas massageadores, aquecimento do pescoço para os passageiros traseiros e quase todos os outros itens obrigatórios.

Este modelo é um V12 gigante de 6,0 litros. É, no banco de trás, onde está a verdadeira história, dos airbags com cinto de segurança ao sistema de entretenimento, um espaço diferente de tudo que encontra em qualquer outro carro.

O sistema Active Road Noise Suppression filtra quaisquer ruídos de baixa frequência e foi comparado a fones de ouvido com cancelamento de ruído.

Menos subtil é a tela de iluminação ambiente que aparece em cada painel. Se um motorista indicar certo enquanto um carro que passa ultrapassa na pista externa, a iluminação ambiente na porta direita fica vermelha.

Também há muito som na cabina. Não do motor V12 dificilmente distinguível, mas de um novo sistema de som Burmester 4D de 1750w com 30 altifalantes. Os colossais subwoofers estão escondidos na parte traseira dos bancos dianteiros.

AGENDA

LUANDA

DE 5 A 10 DE OUTUBRO

"Festival Livro na Rua Luanda", na Rua dos Mercadores e no Centro Cultural do Brasil em Angola (CCBA), entre as 10h00 e as 18h00. Tem como tema principal a obra da escritora afro-brasileira Carolina Maria de Jesus.

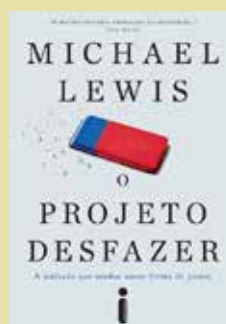
DE 1 A 28 DE OUTUBRO

O Camões - Centro Cultural Português em Luanda (CCP) inaugura a exposição 'Diáspora' de Manuel Pimenta & JAS, disponível entre as 16h00 e as 20h00.

DE 2 A 31 DE OUTUBRO

Inauguração da 2.ª edição da exposição RecicArte, um projecto criado pelo artista plástico Paulo Amaral, com o objectivo associar a arte à vertente ecológica, através da reciclagem. Exposição patente no CCBA.

LIVROS



AUTOR BEST-SELLER do The New York Times, Michael Lewis examina como uma teoria premiada com o Nobel de Economia alterou para sempre a nossa percepção da realidade.



POR MEIO DE um estudo integrado entre narrativas pessoais e análises teóricas, este livro revela a importância do pertencimento social na hermenêutica jurídica.



TURISMO

Vale a pena experimentar

Localizada entre a Roménia, a Turquia e a Grécia, a Bulgária soube preservar sua história, marcada pelas lutas contra os Impérios Bizantino e Otomano. Por todas as regiões, é possível avistar construções históricas bem preservadas, além de uma quantidade impressionante de sítios arqueológicos.

A capital, Sofia, ainda é pouco visitada se comparada aos outros destinos históricos e litorais do país. No entanto, a atmosfera jovem, repleta de programas culturais completos e uma vida nocturna agitada, valem a visita.

A natureza também foi muito generosa com o país, visto que cenários montanhosos e praias de um mar azul intenso compõem as lindas paisagens.

A culinária búlgara é muito diversificada. Não é difícil encontrar uma variedade considerável de pães e saladas para acompanhar as refeições. O iogurte búlgaro é, inclusive, considerado por muitos como o melhor do mundo.

ENTRE 2009 E 2018

14% dos corais do mundo desapareceram

ECOSSISTEMA. Estudo de dez regiões de coral em todo o mundo mostrou que “os eventos de branqueamento dos corais devido ao aumento da temperatura da superfície do mar foram o principal factor de perda de coral”.

Por Redacção

Cerca de 14% dos recifes de coral do mundo desapareceram entre 2009 e 2018, devido às alterações climáticas, sobrepesca ou poluição, denuncia um relatório divulgado esta terça-feira pela Global Coral Reefs Monitoring Network (GCRMN).

O documento, intitulado ‘Estado dos Recifes de Coral do Mundo em 2020’, “fornece o quadro científico mais preciso até à data dos danos que o aumento da temperatura está

a causar aos recifes de coral em todo o mundo”, frisou, em comunicado, a organização, que utilizou dados recolhidos em 12.000 locais em 73 países.

“Os recifes de coral em todo o mundo estão sob tensão contínua devido ao aquecimento relacionado com as alterações climáticas e outras pressões locais, tais como a pesca excessiva, o desenvolvimento costeiro insustentável e o declínio da qualidade da água”, pormenorizou a GCRMN.

“Entre 2009 e 2018, o mundo perdeu quase 14% dos corais nos recifes de coral, representando quase 11.700 quilómetros quadrados de coral, uma quantidade superior a

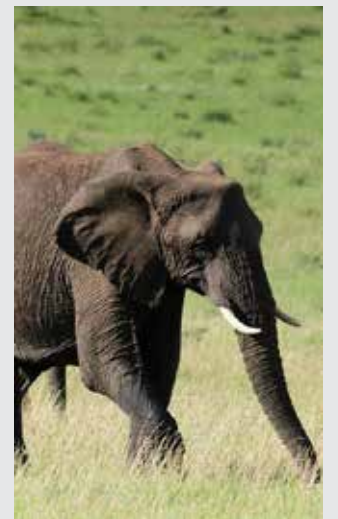
todos os corais vivos na Austrália”, apontou.

“Embora os recifes cubram menos de 1% do fundo do oceano, são o lar de pelo menos um quarto de toda a vida marinha, além de serem um habitat crucial e fonte de proteínas e medicamentos”, acrescentou a organização. Segundo a organização, pelo menos mil milhões de pessoas em todo o mundo “dependem deles para a alimentação e protecção contra tempestades e erosão”.

O estudo de dez regiões de coral em todo o mundo mostrou que “os eventos de branqueamento dos corais devido ao aumento da temperatura da superfície do mar foram o principal factor de perda

de coral”. “As alterações climáticas são a maior ameaça para os recifes do mundo, e todos devemos fazer a nossa parte limitando o mais rapidamente possível as emissões globais de gases com efeito de estufa”, disse Paul Hardisty, director-geral do Instituto Australiano de Ciências Marinhas (AIMS), citado na declaração, a cerca de um mês antes da crucial conferência climática COP26.

“Muitos recifes de coral em todo o mundo permanecem resistentes e podem recuperar se as condições o permitirem”, disse, sublinhando: “o que dá esperança para a saúde a longo prazo dos recifes de coral se forem tomadas medidas imediatas.



NO BENGO

Elefantes destroem plantações

Elefantes estão a destruir plantações nos municípios de Bula-Atumba, Pango Aluquém e Dembos, no Bengo, regiões que os camponeses consideram ter-se transformado “num parque” desses mamíferos.

“Tornou-se um parque dos elefantes, isso é uma verdade. Grandes prejuízos, levam tudo. Tudo, tudo desaparece”, disse um camponês, Francisco Pedro, dos Dembos, à RNA. De acordo com relatos de camponeses, as plantações mais afectadas são as de batata-doce, mandioca, feijão e jinguba.

O director do Gabinete Provincial da Agricultura no Bengo, Faustino Gongga, garantiu que têm sensibilizado a população para evitar que assustem os elefantes, confirmando que as zonas mais afectadas são os três municípios. Os elefantes destacam-se no fenómeno/conflito homem-animal, que se verifica desde o fim da guerra no país, em 2002, com o regresso ao seu ‘habitat’ natural, que encontram ocupado por lavras e habitações.

O conflito homem-animal, de que há relatos igualmente de problemas com hipopótamos e jacarés, afecta várias regiões do país.



Muitos recifes de coral em todo o mundo permanecem resistentes e podem recuperar se as condições o permitirem.

NÚMEROS DA SEMANA

200

Milhões Usd necessidade da Agência Nacional Contra as Minas para se ver livre de áreas minadas conhecidas até 2028.

87.161

Total de profissionais do sector da saúde, de acordo com dados apresentados pelo Governo.

27%

Nível de inflação acumulada que Angola deve atingir até ao final do ano, segundo o BNA.

60%

Meta de vacinação da população elegível que o Governo pretende atingir até Dezembro.



NO II TRIMESTRE

Produto Interno Bruto cai 2,4%

O Produto Interno Bruto (PIB) recuou 2,4% no segundo trimestre deste ano em comparação ao trimestre anterior, de acordo com as contas nacionais trimestrais divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Entre os sectores que contribuíram negativamente para a variação do PIB no segundo trimestre, destacam-se a extração de diamantes, com -0,38p.p, indústria transformadora, com -0,01 p.p, comércio, -0,32 p.p, administração pública, -0,06 p.p, e serviços imobiliários, com -0,48 p.p.

Entretanto, se comparado ao segundo trimestre do ano anterior, o PIB cresceu 1,2%. E, segundo o INE, contribuíram positivamente para a variação os sectores de extração de petróleo, com 0,09 p.p, electricidade e água, 0,01 p.p, construção, 0,35 p.p, transporte e armazenagem, 0,15 p.p, correio e telecomunicações, 0,06 p.p, e intermediação financeira, com 0,06 p.p.

FPU CONFIRMA LIDERANÇA DE ACJ

Imprensa pública noticia anulação do congresso UNITA

No dia em que Adalberto Costa Júnior é apresentado como líder da Frente Patriótica Unida (FPU), notícias da imprensa pública dão conta que o Tribunal Constitucional chumbou o congresso que o elegeu, há dois anos, presidente da Unita.

A TPA foi o primeiro órgão de comunicação a noticiar, citando fonte do Tribunal Constitucional. A Radio Nacional e a TV Zimbo seguiram-se.

À Radio Essencial, a deputada Mihaela Webba disse que o partido só se vai pronunciar quando tiver contacto com os fundamentos jurídicos da decisão. De acordo com Mihaela Webba, do ponto de vista jurídico, o tribunal não tem fundamentos para anular a eleição de Adalberto Costa Júnior.

A impugnação do congresso foi solicitada por alguns alegados militantes da Unita que questionaram a legalidade da eleição de Adalberto Costa Júnior, por ter sido ainda portador da nacionalidade portuguesa, antes da realização do congresso.

A Unita, no entanto, garante que Adalberto Costa Júnior renunciou à nacionalidade quando se candidatou, obedecendo às leis angolanas.

Algumas horas antes destas notícias, entretanto, foi apresentada oficialmente a Frente Patriótica Unida (FPU), a plataforma que une a Unita, o Bloco Democrático e os membros do projecto Pra-Ja Servir Angola com o objectivo de tirar o MPLA do poder nas próximas eleições gerais de 2022.

O presidente da Unita, Adalberto Costa Júnior, foi o escolhido para liderar FPU, enquanto os líderes do projecto político Pra-Ja Servir Angola, Abel Chivukuvuku, e



do Bloco Democrático, Filomeno Vieira Lopes, serão os coordenadores-adjuntos.

“A alternância que propomos à nação visa libertar o país do estagnante controlo partidário, do medo, do excessivo poder da oligarquia que asfixiam o desenvolvimento e fomentam a corrupção, que sugam a riqueza de todos e a

todos empobrece. Mas também, da pequena corrupção que desorganiza o Estado na base”, discursou o coordenador da FPU.

Adalberto Costa Júnior defendeu ainda ser possível trabalhar “todos juntos e responder à vontade do soberano que é o povo e que tem pedido que nos juntemos para este objectivo”.